

Jornalismo, população em situação de rua e eventos internacionais: uma análise de reportagens do jornal O Globo em 2017

Journalism, homeless population and international events: an analysis of reportages in O Globo newspaper in 2017

Periodismo, población en situación de calle y eventos internacionales: un análisis de reportajes del periódico O Globo en 2017

Carlos Eduardo Abbud Hanna Roque^{1,a}

caduahroque@gmail.com | <https://orcid.org/0009-0009-3993-2941>

Igor Lacerda^{2,b}

igorlacerdasa@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-6347-4356>

¹ Secretaria Municipal de Saúde de Guarulhos, Departamento de Assistência Integral à Saúde. Guarulhos, SP, Brasil.

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Laboratório de Comunicação, Cidade e Consumo. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

^a Mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

^b Mestrado em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

RESUMO

Este artigo tem o propósito de analisar as representações das pessoas em situação de rua e da violência em quatro reportagens expressivas do jornal O Globo, a fim de identificar se elas são retratadas como responsáveis pela violência urbana ou como vítimas de grupos violentos. Serão examinadas reportagens publicadas em 2017, um ano após a cidade ter passado por transformações significativas para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, incluindo investimentos em segurança pública por parte dos governos federal e estadual, alterações no espaço urbano e remoção forçada de pessoas em situação de rua das áreas turísticas. Para atingir o objetivo proposto, será utilizada como metodologia a análise de narrativas conforme Bastos e Biar e Spink. Em resumo, o jornal oscilou entre a demonização dessas pessoas, reforçando preconceitos associados a elas, e a abertura, ainda que em menor medida, para a divulgação das violências enfrentadas por esse segmento da população.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua; Violência urbana; Narrativas jornalísticas; Direitos humanos; Cidadania.

ABSTRACT

This article aims to analyze the representations of people experiencing homelessness and of violence in four significant reportages in O Globo newspaper in order to determine whether they are portrayed as responsible for urban violence or as victims of violent groups. The selected reportages which will be examined were published in 2017, a year after the implementation of significant transformations in the city for the Olympic and Paralympic Games, including investments in public security by the federal and state governments, changes in urban space, and removal of homeless population by force from tourist

areas. To achieve the proposed objective, the narrative analysis according to the approaches of Bastos and Biar and Spink will be employed as methodology. In short, the newspaper oscillated between demonising these individuals, reinforcing prejudices associated with them, and opening up, albeit to a lesser extent, to publicise the violence faced by this segment of the population.

Keywords: Homeless population; Urban violence; Journalistic narratives; Human rights; Citizenship.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar las representaciones de las personas en situación de calle y de la violencia en cuatro reportajes significativos del periódico O Globo para determinar si él las retrata como responsables de la violencia urbana o como víctimas de grupos violentos. Serán examinados reportajes publicados en 2017, un año después de que la ciudad había pasado por transformaciones significativas debido a los Juegos Olímpicos y Paralímpicos, que incluyeron inversiones en seguridad pública por parte de los gobiernos federal y estatal, cambios en el espacio urbano y la remoción forzada de personas en situación de calle de las zonas turísticas. Para lograr el objetivo propuesto, se empleará el análisis narrativo como metodología de acuerdo con los enfoques de Bastos y Biar y Spink. En resumen, el periódico osciló entre la demonización de estas personas, reforzando los prejuicios asociados a ellas, y la apertura, aunque en menor medida, a la divulgación de las violencias enfrentadas por este segmento de la población.

Palabras clave: Personas en situación de calle; Violencia urbana; Narrativas periodísticas; Derechos humanos; Ciudadanía.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Este artigo compõe o dossiê O povo da rua: saúde, políticas públicas e comunicação, parte 1.

Contribuição dos autores:

Concepção e desenho do estudo: Carlos Eduardo Abbud Hanna Roque e Igor Lacerda.

Aquisição, análise ou interpretação dos dados: Carlos Eduardo Abbud Hanna Roque e Igor Lacerda.

Redação do manuscrito: Carlos Eduardo Abbud Hanna Roque e Igor Lacerda.

Revisão crítica do conteúdo intelectual: Carlos Eduardo Abbud Hanna Roque e Igor Lacerda.

Declaração de conflito de interesses: Não há.

Fontes de financiamento: Não houve.

Considerações éticas: Não há.

Agradecimentos/Contribuições adicionais: Não há.

Histórico do artigo: submetido: 11 jul. 2023 | aceito: 16 out. 2023 | publicado: 15 dez. 2023.

Apresentação anterior: Não há.

Licença CC BY-NC atribuição não comercial. Com essa licença é permitido acessar, baixar (*download*), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Reciis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar os sentidos produzidos por reportagens do jornal O Globo em relação às pessoas em situação de rua e à violência, a fim de determinar se elas são retratadas como causadoras da violência urbana ou como vítimas de grupos violentos. Serão examinadas reportagens publicadas em 2017, um ano após a preparação da cidade para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, período marcado por altos investimentos financeiros em segurança pública por parte dos governos federal e estadual (Lacerda, 2020), mudanças no espaço urbano (Fortuna, 2016) e remoção forçada de pessoas em situação de rua das áreas turísticas (Ferraz; Machado, 2014). As reportagens a serem analisadas são as seguintes: “Onda de roubos no calçadão” (14 de junho de 2017); “Canais têm drogas, colchões e até varais” (09 de outubro de 2017); “O silêncio de Fernanda” (16 de novembro de 2017); e “Crime em Copacabana – Cerco à turma da massagem” (17 de novembro de 2017).

Nossa hipótese é que as reportagens tendem a retratar as pessoas em situação de rua como causadoras da violência urbana, perpetuando estereótipos negativos e reforçando a exclusão histórica desse grupo social. Além disso, acreditamos que há um tratamento diferenciado na representação dessas pessoas, com menor ênfase em sua condição de vítimas de grupos violentos. No contexto dos grandes eventos internacionais (Freitas; Lins; Santos, 2014), o jornal *O Globo*, em consonância com o discurso institucional dos governos e empresários (Freitas; Gotardo; Sant’anna, 2015), retratava a população em situação de rua como responsável pela violência, legitimando assim as ações governamentais de sua remoção forçada dos espaços urbanos. Com o intuito de melhorar a imagem da cidade, uma oportunidade ampliada por esses eventos internacionais, as pessoas em situação de rua eram retratadas como marginais e desordeiras, e prejudicavam o desenvolvimento social e econômico. É importante ressaltar que o jornal O Globo é um dos mais lidos e uma referência no Rio de Janeiro (Rosa, 2019), o que evidencia a influência de suas representações na construção da opinião pública.

Freitas, Gotardo e Sant’Anna (2015) destacam que as questões relacionadas ao mercado, tanto em âmbito nacional quanto internacional, sempre estiveram presentes na organização de grandes eventos reconhecidos mundialmente, incluindo o interesse na divulgação do país e da cidade. De acordo com os autores, técnicas como *city branding*, *place branding* ou *destination branding* são frequentemente utilizadas para tornar o território mais competitivo nacional e internacionalmente. Em geral, cidades e países competem entre si e precisam se posicionar como únicos e preferenciais na mente dos potenciais consumidores, a fim de obter vantagens em relação aos seus concorrentes quando se trata de sediar grandes eventos (Vainer, 2013). Assim, buscam atrair investimentos internacionais, empresas, conhecimento, turistas, vendas de produtos e serviços locais, a fim de construir uma reputação mercadológica positiva capaz de proporcionar benefícios políticos e financeiros para todos os envolvidos (governos, empresários e marcas). Durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, o Rio de Janeiro implementou estratégias de marketing para atrair turistas e futuros eventos lucrativos (Sánchez, 2003). Neste sentido, de acordo com Ferraz e Machado (2014), a cidade adotou medidas de “limpeza urbana” que resultaram na remoção de pessoas em situação de rua das áreas centrais e turísticas para criar a imagem de “cidade de sucesso”. Essas pessoas foram transferidas para regiões distantes ou abrigos com condições precárias de infraestrutura. A grande mídia, por sua vez, legitimou essas ações, retratando-as como medidas urgentes de readequação do espaço urbano ou combate à criminalidade, contribuindo para a disseminação de sentidos negativos em relação a essa população.

Para atingir o objetivo proposto, será utilizada como metodologia a análise de narrativas. Segundo Bastos e Biar (2015), a narrativa corresponde à ação de contar histórias em contextos cotidianos e em situações supostamente espontâneas, como é o caso do jornalismo. Trata-se, portanto, de um método

qualitativo, interpretativo e dialógico, interessado em descrever eventos da vida social e tensionar os sentidos que os sujeitos produzem no instante em que os narram. Para as autoras, a análise de narrativas é uma ferramenta que promove diálogo entre múltiplas áreas do saber; investiga as falas dos diversos atores sociais, em diferentes contextos; ressalta o entendimento da narrativa como prática social constitutiva da realidade e destaca, com certos níveis de interação, processos de resistência e reformulação de significações no decorrer do processo histórico. Como Spink (2010), pensamos a produção de sentidos por meio da narrativa como um processo interativo; afinal, não é possível produzir sentidos individualmente. “O sentido é sempre interativo: os enunciados de uma pessoa estão sempre em contato ou são endereçados a uma outra pessoa e esses endereçamentos se inter-animam mutuamente” (Spink, 2010, p. 35).

É importante destacar que neste trabalho abordamos a população em situação de rua como um grupo diversificado, levando em consideração a pesquisa de Costa (2005). Eles não podem ser categorizados apenas por gênero, raça, escolaridade ou faixa etária, e não há uma única razão que os leve a viver nas ruas. Alguns enfrentam conflitos familiares, outros lidam com o uso de álcool e drogas, enquanto outros estão desempregados, como esclarece Costa (2005). Embora a maioria deles seja composta por homens negros de baixa escolaridade, que têm entre 30 e 59 anos, também existem mulheres, idosos, crianças, pessoas caucasianas e com níveis mais altos de educação (Natalino, 2016). No entanto, é importante ressaltar que todos eles compartilham a necessidade de utilizar as ruas para sobreviver e como moradia, e estão sujeitos a exclusões sociais, como extrema pobreza e falta de pertencimento, conforme mencionado por Giorgetti (2014). Para abranger outros grupos presentes nessa situação, como catadores, usuários de drogas, profissionais do sexo, trabalhadores itinerantes desabrigados e camelôs, Rodrigues *et al.* (2020) sugerem o uso do termo pessoa em situação de rua em vez de expressões como mendigos, sem teto, catadores e moradores de rua. Além disso, é importante ressaltar que ninguém realmente mora na rua, pois ela não é um lar. Portanto, é mais adequado utilizar a expressão pessoa em situação de rua, pois essa condição pode mudar a qualquer momento, especialmente se houver um apoio efetivo do Estado a essa parcela da população, como argumentam Rodrigues *et al.* (2020).

MARCOS HISTÓRICOS SOBRE AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL E NO RIO DE JANEIRO

No Brasil, a transição do século XIX para o século XX foi marcada por eventos cruciais que influenciaram o destino do país, especialmente no Rio de Janeiro, que enfrentava diversos problemas sociais decorrentes de seu rápido e desordenado crescimento. Entre 1872 e 1890, a população da cidade duplicou, passando de 274 mil para 522 mil residentes, incluindo tanto pessoas anteriormente escravizadas quanto imigrantes. Esse aumento de uma população pobre agravou a crise habitacional. Três acontecimentos importantes criaram um contexto favorável para os projetos de desenvolvimento e progresso almejados pelos republicanos: a abolição da escravidão em 1888, o Código Penal de 1890 e a Constituição de 1891 (Rodrigues, 2020).

A abolição da escravatura, ocorrida em 1888, contribuiu para o surgimento da figura do vagabundo, caracterizado como aquele que não trabalhava e, portanto, não contribuía para o progresso da República. Por outro lado, a elite republicana buscou, por meio do Código Penal de 1890 e da Constituição de 1891, reprimir aqueles considerados vagabundos, que não queriam ou não tinham oportunidade de trabalhar. Em todo o Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, a figura do vadio foi a primeira a ser marginalizada no contexto urbano, não apenas por estar nas ruas da cidade sem exercer uma atividade laboral, mas também por escapar do binarismo senhores e servos. Esses indivíduos não eram apenas pobres, mas pessoas que não possuíam terras nem empregadores, fugindo, de certa forma, da estrutura escravocrata à qual a sociedade estava acostumada. Em outras palavras, esses vadios estavam à margem da estrutura social da época, não sendo nem senhores nem servos (Rodrigues, 2020).

É importante ressaltar que havia uma distinção entre vadios e mendigos: os primeiros eram considerados indisciplinados, uma força de trabalho mal aproveitada, alguém que escolhia ser um pária; os segundos eram simplesmente infelizes, sem habilidades para o trabalho, e estavam isentos das penalidades relacionadas à ocupação inadequada da cidade e à presença de doenças, mas estavam vinculados ao contexto urbano, reforçando a ideia de marginalidade, o aumento da pobreza nas cidades e a diferenciação entre os pobres, esclarece Rodrigues (2020). De fato, os mendigos eram mais tolerados do que os vadios, mas eles, assim como os esses últimos, também eram percebidos socialmente como desperdício de força de trabalho e não contribuintes para o desenvolvimento econômico. Nesse contexto de repressão à vagabundagem – uma das principais bandeiras dos republicanos –, foram criadas as primeiras instituições destinadas à correção desses indivíduos (Rodrigues, 2020).

Incapazes de controlar os chamados vadios, justamente por não possuírem controle sobre seus corpos, a elite estabeleceu o crime de vadiagem a partir da criação do Código Criminal de 1830, em seu artigo 295, Capítulo IV, intitulado “Vadios e Mendigos”. Com isso, a vadiagem e a mendicância se tornaram crimes públicos e urbanos, uma vez que essas atividades eram socialmente condenadas: uma pessoa que não tivesse uma ocupação “honesta” e “útil” capaz de gerar sua própria renda, após ser advertida por um Juiz de Paz, cumpriria pena de prisão com trabalho de oito a vinte e quatro dias (Rodrigues, 2020). Seria esse o primeiro passo em direção à criminalização das pessoas em situação de rua?

Chalhoub (2012) esclarece que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, causou confusão na mente da elite republicana, que estava acostumada a ser proprietária de pessoas escravizadas. A partir de meados do século XIX, os senhores de escravos foram obrigados a lidar com um mundo sem a existência de servos, tendo que ajustar seu universo mental, adaptar suas visões sobre a sociedade e lidar com as transformações sociais e econômicas que estavam ocorrendo. Segundo o autor, no antigo mundo, o criado era propriedade do amo e, portanto, a ordem no mundo do trabalho estava estabelecida.

Com a libertação dos escravos, as antigas classes proprietárias enfrentavam o desafio de garantir a continuidade de seus empreendimentos econômicos. O problema que surgia nesse período era: os ex-escravos, oficialmente donos de sua força de trabalho, deveriam se tornar trabalhadores, dispostos a vender sua capacidade laboral aos seus antigos donos. Por um lado, a solução para esse problema envolvia a criação de medidas que obrigassem novamente esses indivíduos a assumir novas funções. Por outro, era necessário estabelecer conceitos e valores capazes de construir uma nova ética do trabalho. O autor explica que o conceito de trabalho precisava deixar de ser visto como humilhante e degradante, características comuns na sociedade escravagista, e passar a ser considerado positivo e essencial para o desenvolvimento social e econômico do país.

Em 1888, o político Ferreira Vianna elaborou um projeto de repressão à ociosidade, pois havia um consenso entre os representantes políticos de que o fim da escravidão traria desordem, conforme esclarece Chalhoub (2012). Além disso, esse autor menciona que, nesse mesmo período, o deputado Lacerda Werneck, defendendo os interesses dos grandes proprietários de terras, interpelou o Ministério da Justiça exigindo medidas que garantissem a defesa da propriedade privada e a segurança individual dos cidadãos, uma vez que estavam cada vez mais expostos à violência supostamente praticada por libertos que circulavam pela cidade cometendo furtos e roubos com brutalidade.

A elite entendia que os ex-escravos estavam despreparados para a vida em sociedade, uma vez que não dominavam os códigos da civilidade burguesa. Para os proprietários de terras, a escravidão não havia proporcionado a esses homens e mulheres a oportunidade de aprender noções de justiça, respeito à propriedade alheia e liberdade. Segundo a lógica do grupo hegemônico, os ex-escravos traziam consigo os vícios de seu estado anterior, como se fossem menos evoluídos, e, por essa razão, não tinham ambição de

agir de maneira virtuosa, conquistar riquezas próprias, obter emprego honesto e adquirir boas maneiras. Portanto, era necessário garantir que os libertos não comprometessem a ordem estabelecida, o que levou à decisão de impor o trabalho por meio da repressão e da obrigatoriedade, como forma de educar os marginalizados que circulavam pela cidade, conforme esclarece Chalhoub (2012).

Ainda de acordo com esse autor, a transição do liberto para trabalhador não poderia ocorrer apenas através de pressão e violência, pois não se desejava que o novo sistema político e laboral estivesse de alguma forma relacionado à instituição da escravidão. Portanto, no meio político-administrativo, houve constantes discussões sobre formas de educar aqueles que haviam deixado de ser cativos, a fim de incutir em suas mentes a valorização do trabalho e o respeito pela propriedade alheia.

Mas a transformação do liberto em trabalhador não podia se dar apenas através da repressão, da violência explícita. Afinal, não se desejava um retorno a alguma forma disfarçada da hedionda instituição da escravidão. Que fazer, então? Bem, era necessário educar os libertos. Educar significa incutir no indivíduo “essas grandes qualidades que tornam um cidadão útil e o fazem compreender os seus deveres e os seus direitos”. Ora, que grandes qualidades são essas que fazem de um indivíduo um cidadão “útil”, de “caráter”? O amor e o respeito religioso à propriedade são, sem dúvida, qualidades fundamentais do bom cidadão. Para o liberto, tornar-se bom cidadão deve significar, acima de tudo, amar o trabalho em si, independentemente das vantagens materiais que possam daí advir. Educar o liberto significa transmitir-lhe a noção de que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida “civilizada” (Chalhoub, 2012, p. 69)

Além de transmitir educação visando à valorização da ocupação profissional e do respeito ao patrimônio conquistado pelo outro, conforme apontado por Chalhoub (2012), foi fundamental estabelecer uma conexão entre o trabalho e a moralidade. Segundo o autor, quanto mais dedicado o indivíduo fosse ao seu emprego, abdicando dos prazeres da vida, maior seriam seus atributos morais. Neste sentido, os discursos governamentais sugeriam que as pessoas desempregadas deveriam ser obrigatoriamente encaminhadas para colônias de trabalho, com preferência para atividades agrícolas, beneficiando assim os agricultores, que eram os principais empresários da época. Caso não aceitassem ir para as colônias em busca de uma ocupação, seriam sujeitas a penas de um a três anos de prisão. É importante ressaltar que, de acordo com o autor, a retórica moralista dos legisladores não tinha como objetivo apenas a punição, mas sim a reforma moral, que somente poderia ser alcançada por meio de anos de isolamento social.

Considerando que o trabalho era considerado a lei suprema da sociedade republicana, a figura do vadio foi constantemente combatida, pois representava uma ameaça à ordem, ao se recusar a contribuir para a sociedade por meio do engajamento em uma atividade laboral honesta, colocando-se à margem dos interesses sociais ao não produzir um bem que fosse comum a todos, conforme ressalta Chalhoub (2012). Em outras palavras, a vadiagem era considerada um ato supostamente preparatório para o crime, o que justificava a necessidade de repressão. É importante destacar que o problema não era a vadiagem em si, mas sim a condição financeira daqueles que eram tipificados como vadios, incapazes de arcar com despesas básicas como moradia, vestuário e alimentação. Os indivíduos ricos, por exemplo, podiam se dar ao luxo de vadiar, pois possuíam recursos suficientes para garantir sua subsistência. Por outro lado, os pobres vadios, por não possuírem riquezas, eram condenados à prisão ou ao trabalho forçado.

Outro aspecto interessante é a relação estabelecida entre ociosidade e pobreza. O projeto reconhecia que eram duas as condições elementares para que ficasse caracterizado o delito de vadiagem: o hábito e a indigência, especialmente a última. Se um indivíduo é ocioso, mas tem meios de garantir sua sobrevivência, ele não é obviamente perigoso à ordem social. Só a união da vadiagem com a indigência afeta o senso moral, deturpando o homem e engendrando o crime. Fica claro, portanto, que existe uma má ociosidade e uma boa ociosidade. A má ociosidade é aquela característica das classes pobres, e deve ser prontamente reprimida. A boa ociosidade é, com certeza, atributo dos nobres deputados e seus iguais (Chalhoub, 2012, p. 75).

Na República, como aponta Chalhoub (2012), o universo ideológico das classes dominantes se dividia em duas partes distintas: de um lado, aqueles que valorizavam o trabalho, e do outro, o submundo dos vadios, repleto de crimes contra a burguesia e suas propriedades. Na concepção dos mais privilegiados, os vagabundos, também considerados criminosos, estavam à margem da sociedade estabelecida conforme os ideais burgueses. Nessa margem, os vagabundos se distanciavam da concepção de virtude e moralidade delineada pelos interessados em explorar sua força de trabalho.

Logo após o fim da escravidão, muitos estrangeiros foram atraídos para a cidade do Rio de Janeiro, buscando competir no mercado de trabalho com negros e mulatos que experimentavam suas primeiras experiências como trabalhadores livres, sob contrato com um empregador, em vez de serem propriedade de alguém. Conforme Chalhoub (2012), a estrutura ocupacional desse período, baseada em dados de 1890, revela que os não brancos foram ainda mais marginalizados com a chegada dos imigrantes. Mais da metade dos 89 mil estrangeiros economicamente ativos trabalhavam nos setores do comércio, indústria e atividades artísticas. Ou seja, esses novos trabalhadores ocupavam campos dinâmicos e lucrativos. Por outro lado, 48% dos não brancos economicamente ativos estavam empregados em serviços domésticos, 17% em setores industriais e 16% não possuíam profissão declarada, realizando pequenas tarefas sem vínculo empregatício ou sendo considerados vadios.

Chalhoub (2012) revela a persistente subordinação dos africanos, no Rio de Janeiro ao longo do processo histórico, desde os tempos coloniais até o período republicano. Apesar do fim da escravidão, esses indivíduos enfrentaram obstáculos para progredir no mercado de trabalho devido à opressão dos grupos privilegiados. Essa opressão e marginalização não se limitaram ao período imperial, mas persistem até os dias atuais. Mesmo após a abolição, estruturas racistas persistiram, perpetuando a exclusão social por meio da segregação residencial, negação de direitos civis e trabalhistas, além de representações raciais negativas. Essas formas de discriminação moldaram e restringiram as possibilidades de ascensão social e econômica dos negros, mantendo a subordinação ao longo dos séculos. Apesar dos avanços legais e políticas afirmativas, as disparidades socioeconômicas entre negros e brancos no Brasil ainda são evidentes, com a população negra enfrentando maiores dificuldades no acesso a empregos, educação, saúde, moradia e segurança, reforçando a persistência dessa subordinação histórica.

HERANÇA DA ESCRAVIZAÇÃO: A VIOLÊNCIA URBANA E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Uchana (2017) publicou em O Globo a reportagem “Onda de roubos no calçadão”, explicando que diversos quiosques do Leme e de Copacabana foram saqueados, teoricamente, por pessoas em situação de rua. Remetendo à época da escravidão, Santos (2015) esclarece que as mesmas pessoas escravizadas que eram indispensáveis ao bom funcionamento das tarefas da cidade e do campo, podiam praticar atos de rebeldia como fugir, não impedir furtos, realizar pequenos delitos e liderar insurreições. “O Estado imperial, por sua vez, criou uma série de mecanismos de controle e repressão para a escravaria: o passe noturno, as posturas municipais, e os açoitamentos, mesmo assim não conseguia pôr um fim aos atos de rebeldia escrava” (Santos, 2015, p. 2). Com a ação disciplinadora do Estado, surgiram o encarceramento (galés temporárias e as galés perpétuas) e o castigo (pena de morte e açoites), esclarece o autor.

Baltazar Francisco Júnior levou um susto quando chegou ao seu quiosque, na altura do Posto 4 da Praia de Copacabana, na manhã de sábado. Garrafas de bebidas, cigarros, comida congelada, talheres, pratos e copos haviam sido roubados. Arrasado, comprou mercadorias e passou o dia trabalhando duro, para tentar recuperar o prejuízo. À noite, foi embora para casa pensando “amanhã vai ser outro dia”. Mas se enganou. – No sábado, levaram os produtos e utensílios que estavam na parte de cima do estabelecimento. Para evitar novos furtos, guardei o que sobrou no subsolo. Por incrível que pareça, no domingo, aconteceu tudo de novo. Esvaziaram a geladeira. Levaram carne e outros alimentos

congelados, além da louça e do aparelho que recebe imagens de câmeras de segurança. O mais espantoso é que os roubos aconteceram em um lugar famoso no mundo inteiro, num cartão-postal do Brasil – lamentou o comerciante, que calcula ter perdido mais de R\$ 2.500 em produtos (Ouchana, 2017, p. 8).

Relatos como os do empresário Baltazar Francisco Júnior se repetem na reportagem. No geral, são donos de quiosques que foram invadidos à noite, quando o policiamento no bairro diminui, ou que perderam equipamentos de trabalhos e mercadorias durante assaltos, realizados por homens armados. A matéria explica que esses crimes também ocorreram na Barra, porém são mais comuns em Copacabana e Leme. Sobre esses bairros, o jornal esclarece o seguinte: “Copacabana é o coração da Zona Sul, é a capital do turismo brasileiro, e estamos assustados, com medo, tristes e inseguros. Não temos mais sensação de segurança”. Em O Globo, também existe uma preocupação com o enfraquecimento do potencial turístico dos locais: “como anfitriões da Cidade Maravilhosa, não podemos receber bem os turistas, de nada adianta termos uma boa estrutura, profissionais qualificados, boa gastronomia, se os visitantes e moradores não podem desfrutar da tranquilidade”.

O vice-presidente da Orla Rio, João Marcelo Barreto, apresentou duas soluções para os problemas de Copacabana e do Leme: mais policiamento e uma maior vigilância por câmeras. Em sua opinião, fica evidente a defesa dos interesses mercadológicos de empresários locais, principalmente quando ele fala em “ambulantes que vendem caipirinha em frente aos quiosques” (Ouchana, 2017, p. 8). No trecho abaixo, as pessoas em situação de rua, usuárias de drogas ou não, são representadas como a sujeira do calçadão, aquilo que impede a lucratividade dos donos de restaurantes e quiosques, tirando a tranquilidade de moradores e turistas.

O vice-presidente da Orla Rio, João Marcelo Barreto, chama a atenção para outros dois problemas: o excesso de camelô na orla e o aumento da quantidade de moradores de rua. Ele defende um projeto de segurança específico para Copacabana. – Queremos fazer algo em parceria com o poder público para gerar mais segurança. Estamos falando de um corredor turístico, um lugar muito importante para a cidade. A orla tem usuários de crack, moradores de rua e assaltantes circulando o tempo todo. Isso está nos preocupando. Sem falar nos ambulantes que vendem todos os tipos de produtos, como caipirinhas, em frente aos quiosques, que pagam impostos – afirmou Barreto, acrescentando que tem participado de reuniões com representantes do setor hoteleiro para tentar viabilizar a instalação de câmeras de segurança integradas ao Centro de Operações Rio, da Prefeitura (Ouchana, 2017, p. 8)

Na reportagem, uma visão intrigante emerge: os moradores de rua são retratados como uma perturbação tão preocupante quanto os criminosos que roubam quiosques. A mensagem final é clara - ambos os grupos devem ser subjugados pela intervenção policial. É quase como se a condição de estar nas ruas fosse equiparada a um crime, assim como o ato de roubar quiosques. Essa relação entre o fato de estar na rua e ser suspeito de um crime não é recente, pois, de acordo com Chalhoub (1988), durante o período do Império, a elite carioca tinha receio do espaço público, pois acreditava que ele poderia revelar as contradições sociais entre negros escravizados e livres. As políticas de controle não conseguiam distinguir quem era liberto ou escravizado, resultando em uma suspeita generalizada em relação a todos os negros. Os administradores urbanos se esforçaram ao máximo para evitar que a cidade se tornasse um refúgio, estabelecendo códigos de postura. Essas normas proibiam os negros de se sentarem em bares para jogar ou beber, permitindo apenas o tempo necessário para compras básicas. As reuniões públicas entre “pessoas suspeitas” também eram proibidas, levando os proprietários de tavernas a não receberem grupos com mais de quatro pessoas. Aqueles que fossem encontrados nas ruas após as sete horas da noite, sem uma autorização de seu senhor com data do mesmo dia, seriam presos.

Os jornalistas foram até os dois bairros em questão para verificar se existia policiamento ou não. Como poucos policiais foram vistos na orla, eles cobraram explicações das corporações. A Polícia Militar respondeu que a praia de Copacabana conta com cinco cabines militares e o patrulhamento dinâmico na região é realizado por duplas que usam carros ou motos. “Em nota, a corporação frisou que, de janeiro a maio, o batalhão do bairro, o 19º BPM, efetuou 338 prisões e apreendeu 133 crianças e adolescentes infratores na região que atua” (Ouchana, 2017, p. 8). Por sua vez, a Secretaria de Ordem Pública esclareceu que a Guarda Municipal realizava o patrulhamento de Copacabana 24 horas por dia e que elaborava um levantamento de ocorrências para dar base às ações desenvolvidas no bairro. Santos (2015) esclarece que o desejo das classes médias e altas por mais punições e ações de segurança não é uma novidade na contemporaneidade; pelo contrário, a elite escravocrata acreditava que todos os escravos eram criminosos, como se isso fosse inerente aos negros, e, por essa razão, criou leis e penas para lidar com desobediências, contravenções simples e recusas ao trabalho forçado. “Quem definiu [...] toda legislação penal foram os condutores da sociedade, os detentores do poder político a partir das suas relações com o restante da sociedade. A criminalização de qualquer ação [...] ocorreu a partir dos interesses que essa elite tinha para o Brasil” (Santos, 2015, p. 03).

A reportagem “Canais têm drogas, colchões e até varais” de Rodrigues (2017), publicada por O Globo em 09 de outubro de 2017, trata especificamente da questão das pessoas em situação de rua. Nela, quem vive na rua é representado como sujo, agressivo e ladrão e, para resolver esse problema, os entrevistados clamam por mais repressão policial e internação compulsória. A matéria começa descrevendo o cenário urbano que assombra moradores e frequentadores dos bairros Leblon e Jardim Botânico, como pode ser visto no trecho abaixo.

Acostumados a ver sem-teto nas calçadas e praças, moradores e comerciantes do Leblon e Jardim Botânico agora se surpreendem com a ocupação de um novo espaço: os canais que cruzam os bairros. Diariamente, grupos consomem drogas, lavam roupas, tomam banho e até dormem nesses locais, em trechos onde o leito está quase seco. Além disso, há relatos de assaltos perto das margens dos pequenos rios. De acordo com testemunhas, os desabrigados são os responsáveis pelos assaltos (Rodrigues, 2017, p. 14).

Segundo Santos (2006), na época da escravidão, era comum os escravos que trabalhavam fora das casas ocuparem as ruas. No entanto, a presença de escravos de confiança nos espaços públicos não era bem-vista. Enquanto os escravos de confiança dormiam em quartos pequenos nas casas de seus senhores, aqueles que trabalhavam fora tinham suas próprias casas em cortiços ou retornavam às grandes casas para dormir. Alguns senhores não se importavam com os escravos morando fora, mas outros reclamavam à Câmara Municipal e à polícia sobre a desordem, falta de higiene e sujeira na cidade. “Mais do que potenciais centros de insurreição, tendo em vista o perfil de seus habitantes, essas moradias coletivas passaram a ser encaradas como foco de doenças” (Santos, 2006, p. 11). Segundo a autora, foi criada a Junta Central de Higiene para controlar os cortiços, como se a culpa pelas epidemias de febre amarela (1850) e cólera (1855) recaísse unicamente sobre os negros, e não sobre os proprietários de escravos, embora, mais tarde, esses últimos tenham sido responsabilizados: “o consenso médico que responsabilizava o tráfico de escravos pelo surto de varíola na cidade” (Santos, 2006, p. 11).

Pelo destaque dado à fala de um morador, é defendida a representação de moradores de rua violentos: “quem vive ou trabalha na região vem sofrendo. Às vezes a polícia aparece durante a noite e afugenta os grupos, mas, na manhã seguinte, eles voltam. Eles incomodam motoristas e pedestres porque são muito agressivos” (Rodrigues, 2017, p. 14), se referindo àqueles que estavam no canal da Rua Visconde de Albuquerque, no Leblon. O presidente da Associação Amigos do Leblon e de Adjacências contou: “nossa grande preocupação é com roubos e furtos. Equipes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos até passam pela região, mas não conseguem resolver o problema da crescente população de rua”

(Rodrigues, 2017, p. 14), ele continua: “a lei impede que um sem-teto seja levado de forma compulsória para um abrigo” (Rodrigues, 2017, p. 14). Segundo Azevedo (1996), a elite brasileira tinha a tendência de retratar as pessoas escravizadas, principalmente as negras, de duas maneiras: como seres bestiais, resignados como vegetais, ou como escravos violentos capazes de cometer os crimes mais brutais. Mesmo nas campanhas abolicionistas no Brasil, as representações eram antiescraavidão e antiescravo. Conforme a autora, muitos abolicionistas brasileiros consideravam a escravidão ruim não porque a condenavam, mas porque eram obrigados a conviver com negros violentos e maus, como os percebiam. Era uma visão contraditória: queriam acabar com a escravidão não porque a consideravam insuportável, mas porque os forçava a conviver com pessoas que não suportavam. E, de acordo com a reportagem de O Globo, a representação do negro como violento ainda persiste em nossa sociedade, como evidenciado pelas opiniões das fontes ouvidas pelo jornal. Essa percepção é perpetuada pelo próprio jornalismo, que reproduz essas representações sem apresentar perspectivas discordantes.

A presidenta da Associação de Moradores e Amigos do Leblon (AmaLeblon) disse que “vivemos um momento muito estranho, sem repressão” (Rodrigues, 2017, p. 14) e que o perfil dos moradores de rua do bairro mudou, criticando a falta de políticas públicas. É interessante essa fala, pois, ao mesmo tempo que critica a falta de políticas públicas para essas pessoas, exige mais repressão para elas.

A gente está vivendo um momento muito estranho, sem repressão. Hoje percebemos que a população de rua, em sua maioria, não é aquela que estávamos acostumados a ver. Não são pessoas carentes, que precisam de atendimento social, que estão pelas ruas do bairro. São famílias inteiras que vêm para cá, gente que trabalha como flanelinha e que não volta para casa porque passou a usar os canais para dormir, tomar banho ou lavar roupa. A legislação é usada como desculpa pelo poder público, que não consegue desenvolver trabalhos eficientes para a questão (Rodrigues, 2017, p. 14).

Pela utilização da opinião da entrevistada, o jornal não reconhece a diversidade de motivos que levam alguém a viver nas ruas. É como se alguns grupos merecessem direitos, e outros não. Nessa visão sobre a questão, a legislação seria ineficiente porque não permite que essas pessoas sejam levadas compulsoriamente aos abrigos. É um desejo de limpar a cidade, não atingindo a raiz do problema: falta tratamento adequado e humano, bem como moradias dignas e trabalho.

Reforçando a representação de pessoas em situação de rua sujas, é possível notar que o desejo de limpar o espaço urbano parte principalmente dos empresários. Isso fica evidente no final da reportagem, quando um empresário do Jardim Botânico esclarece que, em frente ao seu empreendimento, havia moradores de rua dormindo em colchões e até estendendo roupas em varais. Essa cena, que ocorria diariamente, espantava seus clientes e trazia prejuízos ao empresário, reforçou o jornal. “Essa cena, infelizmente, é comum por aqui, e, obviamente, vem impactando meu negócio. Clientes ficam desconfortáveis. A prefeitura precisa agir, para que o problema não tome uma proporção ainda maior” (Rodrigues, 2017, p. 14).

As pessoas em situação de rua também aparecem como vítimas da violência; é o caso da reportagem “O silêncio de Fernanda”, publicada em 16 de novembro de 2017 por Bottari e Araújo (2017). O assassinato de Fernanda, que vivia em situação de rua em Copacabana, ocorreu em 18 de outubro de 2017, mas só foi retratado com grande destaque pelo jornal O Globo, com uma série de notícias a respeito, quase um mês depois do crime. A primeira reportagem, que será analisada, foi publicada em 16 de novembro de 2017 quando os dois assassinos, um estudante de medicina e um lutador de MMA (Mixed Martial Arts), foram identificados pela polícia.

Havia quatro anos que Fernanda Rodrigues dos Santos fazia das ruas de Copacabana seu dormitório e local de subsistência, era conhecida pelos vizinhos do bairro por ser uma mulher excêntrica, ao longo do dia encontrava-se próxima a uma praça da região onde lustrava incansavelmente as painéis da vizinhança, alheia ao que ocorria ao seu redor. Entretanto, como descreve o jornal, “Esse universo particular, em que

a pobreza tangencia a loucura, não a protegeu da maldade humana: no dia 18 de outubro, Fernanda foi morta, aos 40 anos, com um tiro no peito enquanto dormia, na esquina da Rua Duvivier” (Bottari; Araújo, 2017, p. 8). O delegado responsável pela Delegacia de Homicídios se diz chocado com tamanha violência, e entende que o caso se trata de um crime de ódio. Informa que os dois acusados agiram de forma fria, e a polícia estava investigando se eles estavam envolvidos no homicídio de um outro morador de rua que teve o corpo carbonizado dentro de um túnel também em Copacabana.

De fato, em 17 de novembro de 2017, a reportagem “Crime em Copacabana – Cerco à turma da massagem” escrita por Werneck e Merola (2017) informa que a Delegacia de Homicídios está investigando um grupo suspeito de fazer justiça com as próprias mãos e que tem como alvo pedintes, flanelinhas e outras pessoas que vivem nas calçadas. Uma outra moradora de rua diz temer pela própria vida, “Fernanda era querida por todos, até gente rica gostava dela. O que aconteceu mostra que quem dorme na calçada corre risco” (Werneck; Merola, 2017, p. 9).

Monsma (2013) destaca que, durante o período da escravidão, os indivíduos negros eram submetidos a terríveis castigos, como mutilações corporais, palmatórias e chicotadas. Surpreendentemente, mesmo após a abolição, os linchamentos persistiram como uma forma de violência direcionada a essa parcela da população. Segundo a autora, o linchamento pode ser compreendido como um ato de violência coletiva no qual uma pessoa é agredida, espancada e até mesmo assassinada por um grupo de indivíduos. Essa ação geralmente é motivada por sentimentos de vingança, busca de justiça pelas próprias mãos e preconceitos, como o racismo. Nesse contexto, a multidão ou o grupo de pessoas exerce o papel de juiz e executor, assumindo a responsabilidade pela punição sem qualquer processo legal ou garantia de um julgamento justo.

Com a propagação do caso pelo bairro, vizinhos resgataram o passado de Fernanda, que teria buscado a rua por decepção após ter sido abandonada pelo marido, um francês que partiu levando seus três filhos. Com a repercussão do caso, um irmão de Fernanda que mora em outro estado foi identificado e relatou que a irmã sempre sofreu muito desde pequena, e que o desajuste da família é decorrente de um sistema que não oferece uma estrutura social e educacional para pessoas pobres, afirmando que “a família da gente sempre foi desestruturada, muito por causa dos problemas de minha mãe com a bebida. Achava que Fernanda estava vivendo bem no Rio” (Werneck e Merola, 2017, p. 9). A história relatada, mais uma vez, evidencia a questão da ruptura familiar como um dos fatores que levam um indivíduo à situação de rua. Por fim, para que Fernanda não fosse enterrada como indigente, um grupo de voluntários que dá apoio a pessoas em situação de rua buscou apoio junto à Secretaria de Desenvolvimento Social, que viabilizou a documentação necessária para um enterro no Cemitério do Caju.

Ainda relacionada ao caso da população de rua como vítima de violência, a reportagem de 18 de novembro de 2017, escrita por Ouchana (2017), aborda que “Cinco dias depois, moradores de rua agredidos no Leme”. De acordo com a Secretaria de Assistência Social, cinco dias após o assassinato de Fernanda, moradores de rua foram espancados em uma praça no Leme. A prefeitura tomou conhecimento do caso quando uma das vítimas procurou um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) após a agressão para pedir auxílio devido a uma fratura na mandíbula, relatando que seu grupo foi acordado de forma violenta durante a madrugada.

De acordo com Ouchana (2017), dados da Secretaria de Assistência Social apontam que os casos de violência contra a população em situação de rua estavam ocorrendo em vários pontos da cidade do Rio de Janeiro, e que nos últimos nove meses tinham sido registrados pelos menos oito casos de ameaça ou agressão, tendo como principais alvos indivíduos do sexo masculino. Além disso, moradores de rua relataram que algumas agressões foram praticadas por agentes públicos. Conforme mencionado por Fontella (2018), as vítimas de linchamento geralmente são vistas como desviantes, ou seja, aquelas que possuem menos valor aos olhos da sociedade burguesa, como marginais, assaltantes, negros e pessoas em situação de rua.

Mesmo na ausência de provas, esses indivíduos são julgados e condenados pelos agressores por meio de linchamentos. Segundo a autora, esse comportamento é frequentemente “naturalizado” pela mídia, como exemplificado pela frase: “ele foi espancado porque mereceu”. No entanto, no caso de Fabiana Rodrigues dos Santos (Werneck; Merola, 2017), ocorreu o oposto: ela despertou compaixão nos moradores de Copacabana. A autora esclarece ainda que há uma forte conexão entre a extrema pobreza e o linchamento, pois, em geral, os agressores sentem-se impunes ao cometerem o crime, acreditando que estão fazendo um “favor” à sociedade. Essa reportagem específica, de certa forma, desconstrói o elo narrativo (Matheus, 2011) que o jornal vinha criando a respeito das pessoas em situação de rua. Elas aparecem como dignas de compaixão, não apenas como criminosas em potencial ou poluidoras do espaço urbano. Isso revela que o periódico apresenta certas contradições e visões diferentes sobre o tema da população que vive nas ruas. É possível, inclusive, falar em jornalismo de sensações já que, segundo Fortuna e Lacerda (2018, p. 47), “o imaginário do medo provoca sensações. Sensações mesmas que podem estimular (e muito) a venda de jornais. As grandes organizações midiáticas viram no jornalismo sensacionalista uma inesgotável fonte de renda”. Para os autores, existe um traço sensacionalista em jornais de referência dos dias atuais, como O Globo: “não se destina a um jornalismo ‘sangrento’, mas ainda utiliza artifícios comuns ao sensacionalismo para seduzir o leitor. Isso porque somos morbidamente atraídos por uma rede que se alimenta da insegurança” (Fortuna; Lacerda, 2018, p. 49).

CONCLUSÃO

Durante a análise das narrativas presentes no jornal O Globo, constatou-se que essas reportagens abordaram as pessoas em situação de rua tanto como supostas causadoras de crimes, quanto como vítimas de violências. Um exemplo disso é a reportagem “Onda de roubos no calçadão” de Ouchana (2017) que acusou essas pessoas de roubos em quiosques de Copacabana, mesmo sem apresentar provas concretas. Porém, a reportagem “Crime em Copacabana - Cerco à turma da massagem” de Werneck e Merola (2017) revelou diversas ações violentas direcionadas à população em situação de rua nas diferentes áreas da cidade do Rio de Janeiro.

Outro aspecto abordado foi a conexão estabelecida entre as pessoas em situação de rua e a poluição do espaço urbano, como apresentado na reportagem “Canais têm drogas, colchões e até varais” de Rodrigues (2017). O jornalismo, em certa medida, contribuiu para essa perspectiva ao apontar essas pessoas como responsáveis pela poluição e degradação do ambiente, não apenas nessa reportagem específica, mas também em outras. Sendo assim, é fundamental salientar que as pessoas em situação de rua são vítimas do sistema social e econômico, enfrentando dificuldades e privações que as levaram a essa condição. Ao estabelecer uma relação direta entre elas e a poluição urbana, tanto o jornalismo quanto o restante da sociedade tendem a perpetuar representações negativas e contribuir para a exclusão social.

As notícias analisadas revelam que, após a abolição formal da escravidão, em 1888, muitas estruturas e mentalidades que marginalizavam e desumanizavam os negros ainda permaneceram enraizadas na sociedade brasileira. Em particular, aqueles em situação de vulnerabilidade enfrentam uma série de desafios, incluindo altos índices de violência, falta de acesso a oportunidades socioeconômicas e a perpetuação de representações negativas. Neste estudo, percebemos que a forma como as narrativas construídas e as únicas vozes ouvidas (moradores de bairros nobres) influenciam diretamente a percepção e o entendimento que o público tem das questões raciais, podendo reforçar preconceitos existentes. É crucial, portanto, que o jornalismo adote uma postura crítica, reflexiva e comprometida com a promoção da igualdade e do respeito à diversidade, desafiando as estruturas de opressão e buscando a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

O jornalismo, não se limitando apenas ao jornal O Globo, desempenha um papel significativo na formação da opinião pública e na disseminação de representações sobre os diferentes grupos sociais. Os jornais têm a oportunidade de influenciar a forma como a sociedade enxerga as pessoas em situação de rua e, portanto, devem adotar uma abordagem construtiva, pautada na conscientização e na mudança de pensamentos. Isso implica retratar essas pessoas de forma empática, destacando suas histórias individuais, os desafios que enfrentam e as dificuldades que as levaram a essa condição, não ouvindo apenas pessoas pertencentes às classes médias e altas que desejam a “retirada” dos “mendigos” e da “sujeira” das ruas.

Em síntese, o jornalismo pode desempenhar um papel relevante ao relatar e investigar a escassez de políticas públicas relacionadas à moradia e à inclusão social. Isso envolve a cobertura de questões sobre políticas habitacionais, acesso a serviços básicos, como saúde, moradia e educação, e relativas a programas de reinserção social. Ao trazer à tona essas questões e promover o debate público, com diferentes opiniões sobre esses temas, o jornalismo pode contribuir para a conscientização de todos e para a busca de soluções mais efetivas por parte do Estado, o verdadeiro responsável por lidar com a questão das pessoas em situação de rua, assim como com outros problemas sociais.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Irmão ou inimigo: o escravo no imaginário abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil. **Revista USP**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 96-109, 1995-1996. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p96-109>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28367>. Acesso em 18 maio 2023.

BASTOS, Liliansa; BIAR, Liana. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 97-126, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/22221>. Acesso em: 26 out. 2023.

BOTTARI, Elenilce; ARAÚJO, Vera. O silêncio de Fernanda. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 nov. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 26 out. 2023.

CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 83-105, 1988.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 1-15, 2005. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/993>. Acesso em: 26 out. 2023.

FERRAZ, Sônia Maria Taddei; MACHADO, Bruno Amadei. Eu não tenho onde morar, é por isso que eu moro na rua. Os “sem-teto”: moradores ou transgressores? **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 609-623, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3214>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/nSjDyC4wGm8XL8jkhfdBKw/?lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2023.

FONTELLA, Angelica. “Jornalismo de sensações” e emoções: a repugnância nas cenas de linchamento da imprensa. **Revista Cambiassu**, São Luís, v. 13, n. 21, p. 23-39, 2018. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cambiassu/article/view/10411>. Acesso em: 18 maio 2023.

FORTUNA, Érica; LACERDA, Igor. Caos, festejos e sentidos: representações da violência urbana no carnaval de 2018. In: SEMINÁRIO DE ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 15., 2018, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2018. Disponível em: <http://poscom.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=7>. Acesso em: 23 ago. 2023.

FORTUNA, Vânia. “Rio do Porto Maravilha”, Rio de Sentidos: lutas simbólicas por um consenso discursivo de cidade global. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: https://ppgcom.uff.br/wp-content/uploads/sites/200/2020/03/tese_doutorado_2016_vania_oliveira.pdf. Acesso em: 26 out. 2023.

FREITAS, Ricardo Ferreira; GOTARDO, Ana Teresa; SANT'ANNA, Cristina Nunes. Ativos intangíveis da marca Rio: o consumo turístico da cidade dos documentários internacionais. *In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 24., 2015, Brasília, DF. **Anais eletrônicos [...]**. Campinas: Galoá, 2015. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2015/trabalhos/ativos-intangiveis-na-marca-rio-o-consumo-turistico-da-cidade-nos-documentarios?lang=pt-br>. Acesso em: 26 out. 2023.

FREITAS, Ricardo Ferreira; LINS, Flávio; SANTOS, Maria Helena Carmo. Megaeventos: a alquimia incontrolável da cidade. **Revista Logos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 24, p. 1-13, 2014. DOI: <https://doi.org/10.12957/logos.2014.13129>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/logos/article/view/13129>. Acesso em: 26 out. 2023.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua: uma questão social?** São Paulo: Editora PUC-SP, 2014.

LACERDA, Igor. **Cidade sitiada, sentidos militarizados: a intervenção militar no Rio de Janeiro pelas páginas do O Globo**. 2020. 126 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/16678>. Acesso em: 26 out. 2023.

MATHEUS, Leticia. **Narrativas do medo: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

MONSMA, Karl. Linchamentos raciais no pós-abolição: uma análise de alguns casos excepcionais do Oeste Paulista. *In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL*, 6., 2013. Santa Catarina. **Anais [...]**. Santa Catarina: Grupo de Pesquisa CNPq Africanos e seus descendentes no Brasil, 2013. Disponível em: <https://labhstc.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Karl-Martin-Monsma-texto.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. **Estimativa da população de rua no Brasil**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016. (Texto para Discussão). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7289>. Acesso em: 26 out. 2023.

OUCHANA, Giselle. Cinco dias depois, moradores de rua agredidos no Leme. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 nov. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 26 out. 2023.

OUCHANA, Giselle. Onda de roubos no calçadão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 jun. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 26 out. 2023.

RODRIGUES, Igor de Souza *et al.* A gênese social da situação de rua no Brasil. *In: RODRIGUES, Igor de Souza; FERNANDES, Dmitri Cerboncini (org.). Cidadãos em situação de rua: dossiê Brasil - grandes cidades*. Curitiba: Editora CRV, 2020. p. 23-48.

RODRIGUES, Renan. **Canais têm drogas, colchões e até varais**. **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 out. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 26 out. 2023.

ROSA, Bruno. O GLOBO é o jornal que mais cresceu em 2018. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 jan. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/o-globo-o-jornal-que-mais-cresceu-em-2018-23400125>. Acesso em: 26 out. 2023.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2013.

SANTOS, André Carlos. Senhores: vítimas de seus escravos. *In: CARAVANA 25 ANOS ANPUH PERNAMBUCO: diálogos entre a pesquisa e o ensino*, 2015, Recife. **Anais [...]**. São Paulo: Anpuh Nacional, 2015. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/pe/anais/caravana/01/30.SANTOS,%20Andr%C3%A9%20Carlos.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

SANTOS, Ynaê Lopes. **Além da senzala: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)**. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10072007-113154/publico/TESE_YNAE_LOPES_SANTOS.pdf. Acesso em: 26 out. 2023.

SPINK, Mary. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788579820465>. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/w9q43>. Acesso em: 26 out. 2023.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. *In*: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 75-104.

WERNECK, Antônio; MEROLA, Ediane; GOULART, Gustavo. Cerco à 'turma da massagem'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 out. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 26 out. 2023.